



CONFLITOS AGRÁRIOS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ

Jaiane Vales Reis - Unifesspa
jaianereis@unifesspa.edu.br
Edma Silva Moreira - Unifesspa
edma@unifesspa.edu.br

Agência Financiadora: FAPESPA

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem por objetivo apresentar os resultados das atividades desenvolvidas no período de 2019 a 2020, no projeto de Iniciação Científica. Nele consta uma síntese de obras que abordam o contexto paraense e amazônico, regiões que sofreram transformações sócio-históricas, sobretudo a partir da Ditadura Civil Militar (1964-1985) e, também, de trabalhos que abordam a questão da reprodução social dos trabalhadores rurais e suas estratégias históricas de resistência frente às políticas desenvolvimentistas governamentais de intervenção e controle territorial, assim como, os conflitos entre os modelos de desenvolvimento no campo, o agronegócio a agricultura camponesa. O projeto de IC buscou mapear as formas de lutas e estratégias de resistências, adotadas pelos trabalhadores rurais do Projeto Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro, e sua implicação para a permanência no território.

2. MATERIAS E MÉTODOS

Para a elaboração desse trabalho parto dos resultados das atividades desenvolvidas, quais sejam: revisão bibliográfica; elaboração de resumos das obras estudadas; sessões de discursões e planejamento da pesquisa; participação em evento acadêmico; participação em dois eventos da sociedade civil, ocorridos na Câmara Municipal de Marabá; trabalhos de campo e análise dos dados coletados. A pesquisa de campo foi desenvolvida no PDS Porto Seguro e na Feira dos Povos do Campo que ocorre na Unifesspa.

A revisão bibliográfica contemplou obras que tratam do assunto dos conflitos agrários no Pará e na Amazônia a partir da análise do contexto de formação e propagação desses conflitos, intensificados a partir da Ditadura Civil Militar (1964-1985) e, também, de obras que abordam sobre a formação e reprodução social dos trabalhadores rurais por meio do desenvolvimento de estratégias distintas de acesso e uso da terra, assim como os atuais conflitos existentes entre os modelos de desenvolvimento no campo, o agronegócio e a agricultura camponesa. Os autores foram Petit (2003); Emmi (1999); Pereira (2017); Hall (2000); Afonso (2017); Hébette e Moreira (2004); Lacerda (2013); Wanderley (2014); Neves (2009); Little (2002); Bruno (2012); Delgado (2000); Barros (2017); Junior e Coca (2015). Essas obras suscitaram importantes reflexões sobre a realidade de conflitos e violência vivida pelos trabalhadores rurais, em nível nacional, regional e local, e de suas resistências.

Produzimos quatorze resumos referentes às obras analisadas com o propósito de auxiliar na aprendizagem e fixação do conteúdo trabalhado e assim termos a base teórica necessária na análise crítica do objeto de pesquisa investigado. Parte desses resumos compôs o conteúdo do trabalho submetido ao V Seminário de Iniciação Científica da Unifesspa, em 2019, onde apresentei o trabalho “Conflitos Agrários e Resistências Camponesas na Luta pela Terra no Sudeste do Pará”. Já a participação na audiência pública realizada em Fevereiro de 2020 e no seminário organizado pela jornada de trabalho “Frente de trabalho: Proteção de Direitos em Deslocamentos Compulsórios”, em Março de 2020, na Câmara Municipal de Marabá foram significativos para nossas reflexões, uma vez que ficou claro como o poder público, a sociedade civil e a Universidade tem pensado e produzido projetos e ações referentes à temática investigada.

A realização dos trabalhos de campo, a partir de Outubro de 2019, ocorreram em dois espaços sociais distintos: no PDS Porto Seguro e na Feira dos Povos do Campo, onde os moradores do PSD Porto Seguro, em parceria com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, realizam, em suas três unidades de ensino e pesquisa, a comercialização de seus produtos. Ali, foram realizadas cinco entrevistas, cujo propósito foi conhecer, por meio da coleta de narrativas, as histórias de vida e as perspectivas dos trabalhadores rurais quanto à importância do PDS Porto Seguro em suas vidas, assim como a importância social e econômica da feira como alternativa de resistência para esses trabalhadores rurais. Em outro



momento, foi realizado um trabalho de campo em parceria com pesquisadores da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Durante a realização desse trabalho de campo, em fevereiro de 2020, optei em participar da coleta de dados das pesquisadoras da UEPA e assim obter os dados necessários para minha pesquisa. A coleta de dados realizada se deu por meio da aplicação de questionários para três moradores do PDS Porto Seguro, Ivanilde, José e Douglas. As narrativas coletadas com as entrevistas e com a aplicação dos questionários trouxeram reflexões indispensáveis à compreensão do objeto investigado, sua importância ao desenvolvimento de técnicas produtivas e econômicas no enfrentamento às desigualdades, e os meios para o acesso e uso da terra, em uma região marcada pelos conflitos agrários, como é a região sudeste paraense.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado acima, a revisão bibliográfica contemplou estudiosos tanto com abordagens mais localizadas na região amazônica e paraense quanto os que tratam da questão da reprodução social dos trabalhadores rurais e suas estratégias históricas de resistência, frente às políticas desenvolvimentistas governamentais de intervenção e controle territorial. O método sociológico comparativo contribui muito para o avanço das reflexões, como veremos abaixo.

Através de um balanço histórico Pere Petit (2003) reflete a respeito das transformações socioeconômicas e políticas decorrentes dos grandes projetos implantados no Pará pós-1964, vinculando essas transformações regionais ao âmbito nacional, embora dê maior ênfase ao enfoque regional, com destaque para a região de Marabá. Sua análise histórica e política enfatizam as contradições sociais presente na Amazônia, rica em recursos naturais e com intensos conflitos sociais decorrentes da concentração fundiária por uma oligarquia que se estrutura, econômica e politicamente, por meio da posse da terra, os castanhais, conforme aponta Marília Emmi (1999), para quem as políticas desenvolvimentistas implementadas na região, a partir da década de 1970, promoveram a reestruturação do poder dessa oligarquia.

É com essas políticas que os grandes projetos de desenvolvimento ganham ainda mais força, como ressalta Airton Pereira (2017), em sua abordagem sobre o projeto de colonização às margens da Transamazônica (BR-230), o Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), iniciado a partir dos anos de 1970, como fruto das políticas desenvolvimentistas dos governos militares. No rol dessas políticas ocorreram severos conflitos agrários, negação, inviabilização e violação de direitos dos trabalhadores rurais, como também destaca José Batista Afonso (2017). Numa perspectiva jurídica, Afonso, reflete sobre os impactos do crescente agravamento dos conflitos sociais no campo para o aumento da violação de direitos humanos e o enfraquecimento das reivindicações da população camponesa e urbana, frente ao avanço capitalista.

A expansão do capitalismo na Amazônia propiciou novas formas de relação com a terra, levando sua exploração econômica ao extremo e causando a degradação dos recursos naturais, além de intensificar os conflitos por terra. É sob esse enfoque que Anthony Hall (2000) analisa a complexidade do desenvolvimento implementado na Amazônia que desconsiderou a importância do trabalhador rural, peça chave para dar viabilidade e sustentação a um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável.

Hébette e Moreira (2004) refletem, através de uma análise histórica e sociológica, as diferentes formas de ocupação e domínio da terra na Amazônia, considerando os diferentes atores sociais com relação às suas formas de uso da terra, assim como o processo de formação e transformação social a partir dos trabalhadores rurais que, de acordo com Delma Pessanha Neves (2009), contribuem, por meio de suas lutas, política, econômica e socialmente na constituição e reprodução da sociedade brasileira.

No bojo do processo de formação e transformação social a partir dos trabalhadores rurais Wanderley (2014) apresenta reflexões acerca da necessidade de se melhor compreender a concepção teórica do campesinato, enquanto forma política e acadêmica, para assim se analisar e refletir o processo de formação das diferentes estratégias de acesso e uso da terra, desde o período colonial, que possibilitaram a formação, no Brasil, de diferentes territorialidades, conforme destaca Paul Little (2002), para quem o território é construído por meio dos vínculos sociais, simbólicos e rituais dos diversos grupos sociais existentes.

O regime Militar brasileiro (1964-1985) propiciou, por meio de suas políticas desenvolvimentistas, a formação de novas territorialidades e também novas formas de relações sociais no campo. É durante os



governos militares, Segundo Guilherme Delgado (2013), que se inicia a reestruturação do agronegócio por meio do pacto de poder entre Estado e elite agrária. Esse pacto, resultado de uma construção hegemônica moderna e não uma dominação clássica ao estilo do “latifúndio improdutivo”, conta hoje, conforme aponta Regina Bruno (2012), com um amplo campo midiático responsável pela criação de uma imagem do agronegócio como necessário e indispensável à sociedade.

Nesse sentido, Ilena Felipe Barros (2018) reflete, a partir da análise do atual movimento de mundialização e expansão do capital sobre a agricultura, a respeito do agronegócio e do papel da burguesia agrária brasileira na formação de um novo ciclo de acumulação capitalista no campo, submetendo o processo de produção e comercialização dos produtos agrícolas ao controle do capital financeiro. Esse processo tem acarretado, de acordo com Barbosa Junior e Coca (2015), na desigual distribuição dos recursos econômicos pelo Estado para o agronegócio e para o campesinato, este último tem contado com menos investimentos, apesar de sua importância na produção de alimentos para o consumo interno.

O baixo investimento econômico do Estado na agricultura camponesa faz com que os trabalhadores rurais enfrentem dificuldades para produzir e permanecer na terra. Dificuldades essas destacadas pelas famílias do PDS Porto Seguro, Douglas e sua família, dona Ivanilde e seu esposo, durante pesquisa realizada no PDS, em fevereiro de 2020. Esses trabalhadores elencaram uma série de desafios por eles enfrentados, como a infertilidade do solo devido a sucessivos plantios no mesmo espaço, a baixa produtividade, a falta de água e as permanentes dificuldades econômicas. Essas adversidades naturais, econômicas e sociais têm exigido desses trabalhadores a busca de alternativas de superação que lhes assegure a permanência na terra.

Nas narrativas de Douglas e seu José o problema da degradação do solo é abordado e, também outro que é decorrente deste: a derrubada de uma área muito maior para o plantio e o comprometimento da preservação da floresta. Douglas argumentou que a falta de ajuda econômica do Estado agravam esses problemas:

A área que a gente já tem derrubada é suficiente pra plantar, mas com o tempo né a terra vai perdendo a força e agente precisa roçar uma área maior pra plantar e num tem assim, um auxílio, uma assistência técnica específica (DOUGLAS, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

Os inúmeros desafios têm sido enfrentados pelos trabalhadores rurais do PDS, por meio do desenvolvimento de estratégias que lhes possibilitam a permanência na terra. Nesse sentido, a realização da feira em parceria com a Unifesspa, é, para esses trabalhadores, uma alternativa às dificuldades econômicas:

Ela [a feira] tem vários itens de ajuda, de retorno, isso que eu quero falar. Porque antes a gente via as nossas coisas, é... frutificar, a gente comia, dava pra alguém que viesse aqui e o resto estragava, hoje não. Hoje aquilo que estragava a gente vende e aquilo que a gente não produz a gente compra. Então, esse é meio que abriu uma porta essencial [...] (Marília, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

Os trabalhadores rurais desempenham, ainda, trabalhos fora do PDS como alternativa às dificuldades econômicas. Seu José, esposo de dona Ivanilde, por exemplo, é pedreiro e realiza trabalhos relacionados à construção civil. A profissão de pedreiro, segundo o entrevistado, é uma maneira encontrada para complementar a renda do lote, ao mesmo tempo em que é uma maneira de ter uma renda para investir na manutenção e nos cuidados da terra. Douglas, por sua vez, trabalha em serviços gerais em uma empresa há 10 anos, em Marabá. Assim como seu José, usa a renda proveniente desse trabalho para incrementar a renda do lote e para se manter na terra. Mesmo os entrevistados exercendo outros trabalhos fora do PDS, ambos afirmaram que jamais deixariam de viver no PDS e o trabalho com a roça:

Pra mim é lugar de liberdade! Pra mim é um lugar de liberdade. É o lugar que eu saio...eu pego aqui esse caminho sozinha e vou lá no fim da rua, e eu pego aqui vou lá na beira da estrada e não sinto medo, a não ser de um boi que a gente encontrar no meio do corredor, se a gente encontrar, mas de outra coisa eu não tenho medo. Então, é um lugar onde a gente se sente livre (IVANILDE; PDS Porto Seguro, 23/02/2020).



As narrativas acima demonstram que os trabalhadores rurais dessa localidade são capazes de desenvolver técnicas viáveis de resistência que lhes asseguram a permanência na terra e, assim, resistir às dificuldades sociais, econômicas, culturais enfrentadas no PDS.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos teóricos e a coleta de dados empíricos, por meio das atividades desenvolvidas durante o período de bolsa de IC, mostrou-nos que a região Sul e Sudeste paraense é espaço multidimensional, fruto do desenvolvimento de estratégias distintas de acesso e uso da terra pelos trabalhadores rurais que, historicamente, lutam contra a desigual distribuição de terras no Brasil. Destaca-se que, devido o momento histórico pelo qual o mundo está passando, com a pandemia do novo Corona Vírus, que exigiu medidas sanitárias e o isolamento social, nosso trabalho sofreu adequações na reconfiguração do cronograma de pesquisa de campo. Esse procedimento não impediu nossa pesquisa, que se voltou mais para as análises bibliográficas.

Reconhecendo a relevância social da pesquisa desenvolvida, sua continuidade se coloca necessária para oportunizar, aos graduandos, o exercício de práticas de pesquisa e, no caso específico da pesquisa em ciências humanas, de investigação de objetos sociais. Assim, nossa perspectiva é dar continuidade ao tema com a construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Batista Gonçalves. **Violação de Direitos Humanos no Campo: um enfoque a partir da Amazônia**. In: PEREIRA, Airton dos Reis et al. *Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira*. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2017, p.277-306.
- BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016**. n° 8. diciembre, 2015, p. 13-27.
- BRUNO, Regina. **MOVIMENTO SOU AGRO: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. Fortaleza: 36° Encontro Anual da ANPOCS; 2012.
- BARROS, Ilena Felipe. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.136>.
- DELGADO, Guilherme C. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra**. In: *Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil*. 2013, p. 61-68.
- EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. 2. ed. rev. e amp. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. **A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará**. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. v. 4. p. 25-41.
- HÉBETTE, Jean. **Movimento Sindical e Ações de Desenvolvimento Rural: A construção de um nível regional de ação em parceria**. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. v.4. p. 139-164.
- HÉBETTE, Jean. **Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola Paraense: o caso da Transamazônica**. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. v. 4. p. 121-138.
- HALL, Anthony. **O CAT e as políticas Emergentes de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira**. In: Jean Hébette: *CAT- Ano décimo. Etnografia de uma utopia*. Belém: Editora Universitária UFPA, 2000. p.243-257.
- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade**. Brasília, 2002.
- NEVES, Delma Pessanha. **Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil: legado dos Cientistas Sociais**. In: *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52. supl.1 Brasília. 2014.